



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Edital 016/2020

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. A Prova é composta por 60 (sessenta) questões objetivas da Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva - 2º Etapa.
2. O aluno terá apenas **uma tentativa de resolução** das questões da prova.
3. A data de realização da prova será 21 de novembro de 2020 (das 08h até as 11h30).
4. O tempo de realização da prova será de 3:30 horas. **ONLINE**, a prova deve ser iniciada e concluída nesse tempo. Após este período, o sistema fechará a atividade e somente o que foi respondido será enviado.
5. Não será admitido o uso de quaisquer outros materiais de consulta, mesmo que para rascunho, nem será permitida a comunicação com terceiros.
6. O resultado da avaliação, em nota, estará disponível no dia 23 de novembro, após às 12:00 h. Para visualizar o estudante deverá acessar este ambiente virtual e clicar, no menu à esquerda, no link Notas.
7. O gabarito com as respostas será publicado no portal da Esmesc, após às 13h do dia 21 de novembro de 2020.
8. O período para a interposição de recursos à Prova Seletiva Objetiva - 1ª Etapa inicia em 24 de novembro e termina no dia 26 de novembro de 2020, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
09. O resultado final da primeira etapa será divulgado até o dia 27 de novembro de 2020.
10. O período para a interposição de recursos à Prova Seletiva Discursiva - 2ª Etapa, será de 03 de dezembro até 05 de dezembro de 2020, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
11. Todos os recursos deverão ser encaminhados em formulário próprio disponível na página da Esmesc. Recursos apresentados em outros formulários não serão recebidos.

BOA PROVA!

Florianópolis, 21 de novembro de 2020.



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III

Edital 016/2020

Prova Seletiva Objetiva – 1ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Assinale a opção que preenche CORRETAMENTE a lacuna do período seguinte:

Estou mais inclinado _____ ouvir do que me manifestar.

- a) à
- b) a
- c) às
- d) ao

2. Assinale a opção CORRETA sobre o uso dos porquês:

a) Em "Não sei o porquê de sua falta de respeito nas reuniões de negócios.", o uso do porquê está correto, pois ele está acompanhado de determinante, sendo assim, é substantivo.

b) Quando pode ser trocado por "por que motivo" no final da frase, sendo advérbio interrogativo de causa, o correto é usar a palavra "por que", separada e sem acento.

c) Sobre o uso dos porquês, está correta a frase: "Sempre tem um por quê de não querer fazer o concurso público."

d) Na frase "O estudante tinha razões para não explicar porquê desistiu de fazer o exercício." o uso do porquê está correto, pois ele pode ser substituído pela expressão "por que motivo" e está no meio da frase.

3. De acordo com a atual ortografia da língua portuguesa, marque a alternativa INCORRETA:

a) Com a nova ortografia, emprega-se o hífen nos casos em que as palavras "não" e "quase" funcionam como prefixos: não-agressão, não-fumante, quase-delito, quase-irmão.

b) Nas formações com o prefixo "co", este se aglutina com o segundo elemento mesmo quando iniciado por "o". São exemplos: coobrigação e cooperar.

c) Pelo Acordo Ortográfico, os hiatos "ee" e "oo" não recebem mais acento, como nos exemplos: leem, veem, perdoo, enjoo.

d) Na nova ortografia, foi abolido o acento diferencial em: para (verbo) x para (preposição).

4. Assinale a alternativa CORRETA em relação aos pronomes relativos:

I - Abençoada seja a casa cujo teto nos cobre.

II - Vi a igreja cujas colunas a todos empolgam.

III - Trata-se de um homem cujo coração é de ouro.

IV - Prenderam o criminoso em cujas mãos encontraram a arma.

a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

b) Apenas as alternativas I e III estão corretas.



- c) Apenas as alternativas I e IV estão corretas
- d) **Todas as alternativas estão corretas.**

5. Assinale a opção que preenche CORRETAMENTE a lacuna do período seguinte:

Seguiu passo a passo as instruções normativas.

- a) a - às
- b) à - as
- c) **a - as**
- d) à - às

6. Sobre os pronomes demonstrativos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) De acordo com as regras do pronome demonstrativo, a frase “Este livro que está em sua mão, eu comprei em uma livraria em São Paulo.” está correta, pois o pronome “este”, pela regra da proximidade, indica o que está na mão da outra pessoa com quem o emissor da mensagem conversa.
- b) Na frase “Minha opinião é essa: não há o que fazer para conseguir mudar a realidade dos fatos.”, o pronome demonstrativo em destaque está correto por se trata de regra do discurso.
- c) Com pronomes demonstrativos (aquele (s), aquela (s), aquilo), não se utiliza crase quando a palavra anterior exigir a preposição “a”. Por exemplo: “Refiro-me aquele brinquedo.”
- d) **Utiliza-se os pronomes demonstrativos “este, estes, esta, estas e isto” para indicar o que está na mão do falante; para indicar o tempo em que se encontra o falante; para indicar algo que ainda vai aparecer no texto; ou para substituir um dos termos citados anteriormente, ou seja, o mais próximo.**

7. Sobre colocação pronominal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na frase "Não se pode exagerar nos estudos de processo civil.", a colocação pronominal está adequada, pois tem palavra no sentido negativo, caso de próclise. Sendo assim, o pronome oblíquo átono vem antes do verbo.
- b) A colocação pronominal refere-se à posição dos pronomes oblíquos átonos (me, te, se, lhe, o, a, nos, vos, se, lhes, os, as) na oração. Assim, a mesóclise é utilizada no caso de o verbo estar no futuro do presente ou no futuro do pretérito.
- c) O pronome está empregado corretamente no seguinte período: “Em instrução processual não se confirmou a qualificadora do motivo torpe descrito na denúncia.”
- d) **Na frase "Nomeado o perito judicial, sobreveio o respectivo laudo (fl. 00), em relação ao qual se manifestaram as partes (fls 00 e 00).”, a colocação pronominal está correta, pois é caso de ênclise, em que o pronome oblíquo átono vem após o verbo.**

Questão anulada

8. Assinale a alternativa INCORRETA no tocante ao uso da vírgula:

- a) O uso da vírgula está correto na frase: “Na mais perfeita tranquilidade democrática, as eleições político-partidárias aconteceram no Brasil.” Trata-se de separação de orações coordenadas.



- b) O uso da vírgula na frase de Castro Alves está correta: "Por que foges assim, barco ligeiro"
- c) A frase está gramaticalmente correta referente à vírgula, pois se trata de separar orações coordenadas: "Dia muito importante para você fazer a prova com dedicação, mas saiba proceder com calma e com foco nos objetivos."
- d) De acordo com o correto uso de vírgulas, está gramaticalmente correta a seguinte frase: "A soberania popular será exercida, pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, conforme disposto no art. 14, da Constituição Federal."

9. Assinale a alternativa CORRETA de acordo com a atual ortografia da língua portuguesa:

- a) Na frase, "[...] interrelações entre o processo administrativo e o judicial (em matéria fiscal) a partir da identificação de contenciosos cuja solução deveria ser tentada previamente na esfera administrativa", a palavra em destaque está escrita corretamente pela nova ortografia da língua portuguesa
- b) Considerando a escrita atual no tocante ao acento diferencial, a seguinte frase está gramaticalmente correta: "Veja-se decisão proferida em Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal que deferiu o pedido de migração da União e do Estado do Paraná para o pólo ativo da ação."
- c) **A forma verbal destacada perdeu o acento de acordo com a escrita atual: "Infelizmente, há muitos operadores do Direito que ainda descreem da Conciliação, por variados motivos." Sendo assim, o correto é descreem.**
- d) No texto "Não obstante já estar bem sedimentada a noção de vulnerabilidade, modernamente defende-se que, em relação a determinados grupos específicos da sociedade, sobressai a chamada vulnerabilidade agravada, ou seja, a hipervulnerabilidade; impõe, em relação a esses, o recrudescimento da rede de proteção consumerista, ante a posição contratual debilitada que via de regra ostentam na vida negocial.", a palavra com grafia "hipervulnerabilidade" tem que ser separada por hífen: hiper-vulnerabilidade.

10. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas CORRETAMENTE de acordo com as regras de hifenização:

- a) infraestrutura – micro-região – hiper-mercado
- b) infra-estrutura – microrregião - hipermercado
- c) **infraestrutura – microrregião - hipermercado**
- d) infra-estrutura – micro-região – hiper-mercado

DIREITO CIVIL

11. Em caso de não existirem herdeiros conhecidos ou se todos renunciarem, o Estado – como sucessor irregular, uma vez que não é herdeiro – pode receber os bens do falecido. Sobre o tema é INCORRETO afirmar:

- a) **Praticadas as diligências de arrecadação e ultimado o inventário, serão expedidos editais na forma da lei processual, e, decorridos dois anos de sua primeira publicação, sem que haja herdeiro habilitado, ou penda habilitação, será a herança declarada**



vacante.

- b) É assegurado aos credores o direito de pedir o pagamento das dívidas reconhecidas, nos limites das forças da herança.
- c) Não se habilitando até a declaração de vacância, os colaterais ficarão excluídos da sucessão.
- d) Quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, será esta desde logo declarada vacante.

12. Existem situações consideradas graves pelo legislador - socialmente reprováveis, contra a integridade física, psicológica ou moral - que dão ensejo à possibilidade de se afastar herdeiros da sucessão. Sobre o tema da indignidade no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São pessoais os efeitos da exclusão; os descendentes do herdeiro excluído sucedem, como se ele morto fosse antes da abertura da sucessão.
- b) O excluído da sucessão é obrigado a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido, mas tem direito a ser indenizado das despesas com a conservação deles.
- c) O direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em dois anos, contados da abertura da sucessão.
- d) Não havendo reabilitação expressa, o indigno, contemplado em testamento do ofendido, quando o testador, ao testar, já conhecia a causa da indignidade, pode suceder no limite da disposição testamentária.

13. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicial, ou de fato por mais de um ano antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
- b) Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando quatro anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
- c) Os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipotecar, quando o ordene o Ministério Público, para lhes evitar a ruína.
- d) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito cento e oitenta dias depois de publicada pela imprensa; mas, logo que passe em julgado, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.

14. Sobre o regime jurídico das fundações, é CORRETO afirmar:

- a) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio obrigatoriamente em outra fundação designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.
- b) Quando a alteração não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.



- c) Velará pelas fundações o Ministério Público Federal do Estado onde situadas.
- d) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão obrigatoriamente incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

15. Sobre o regime jurídico da representação no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, não produz efeitos em relação ao representado.
- b) É nulo o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- c) O representante é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes, sob pena de, não o fazendo, responder pelos atos que a estes excederem.
- d) Salvo se o permitir a lei ou o representado, é nulo o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.

16. Sobre o regime jurídico da prova no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A confissão é revogável, e pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.
- b) A anuência ou a autorização de outrem, necessária à validade de um ato, provar-se-á do mesmo modo que este, e constará, sempre que se possa, do próprio instrumento.
- c) Não podem ser admitidos como testemunhas os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o segundo grau de alguma das partes, por consanguinidade, ou afinidade.
- d) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz não poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

17. Diz-se alternativa a obrigação quando comportar duas prestações, distintas e independentes. Considerando essa afirmativa, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, extinguir-se-á a obrigação.
- b) Se, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das prestações, não competindo ao credor a escolha, ficará aquele obrigado a pagar o valor da que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar.
- c) O devedor pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- d) Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção poderá ser exercida em cada período.

18. Sobre o regime jurídico da curatela, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa.
- b) O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito.



c) Quando o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de separação de bens, não será obrigado à prestação de contas, salvo determinação judicial.

d) A interdição do pródigo só o privará de, sem curador, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração.

19. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Pode o credor não exercer, porém lhe é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito suscetível de cessão.

b) A dissolução da sociedade conjugal extingue o bem de família.

c) Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da separação de bens.

d) De acordo com o STF, a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.

20. Assinale a alternativa CORRETA:

a) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

b) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

c) Ao legislador, quando ab-roga lei que revogou uma outra lei anterior, é vedada a concessão de efeito repristinatório.

d) Para que uma lei posterior possa revogar a lei anterior que trate da mesma matéria, é necessária disposição expressa neste sentido.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Sobre os princípios que regem o processo civil, assinale a alternativa CORRETA:

a) Os princípios constitucionais replicados no Código de Processo Civil fazem com que, uma vez violados, a violação à norma constitucional seja considerada reflexa.

b) O princípio da razoabilidade e o princípio da proporcionalidade são princípios de efeitos idênticos, mas de eficácia diferida.

c) O bem comum constitui um princípio processual implícito no ordenamento jurídico brasileiro.

d) O princípio da razoável duração do processo não está relacionado com o processo em si, mas com a tutela, o que significa dizer que, ao conceder a tutela antecipada, o magistrado garante a aplicação do princípio, independentemente do tempo que o processo demorar.

22. Sobre as intervenções de terceiro, assinale a alternativa CORRETA:

a) Na assistência litisconsorcial, se o assistido for revel ou, de qualquer outro modo, omissor, o assistente será considerado o seu substituto processual.

b) A desconsideração da personalidade jurídica tem natureza jurídica de ação.

c) O amicus curiae constitui modalidade litisconsorcial de intervenção de terceiro.



d) A denúncia da lide tem natureza jurídica de ação.

23. Em uma ação de resolução por inadimplemento de contrato de promessa de compra e venda de imóvel, uma vez julgado procedente o pedido do autor, o magistrado deverá imití-lo na posse do imóvel. Sobre essa modalidade de cumprimento da sentença, assinale a alternativa CORRETA:

a) A existência de benfeitorias pode ser alegada em impugnação ao cumprimento da sentença, de forma discriminada e com atribuição, sempre que possível, do respectivo valor.

b) Não há direito de retenção por benfeitorias em cumprimento da sentença, exceto se o autor não depositar os respectivos valores antes de requerer a expedição do mandado de imissão na posse.

c) A existência de benfeitorias deve ser alegada na fase de conhecimento, em contestação, de forma discriminada e com atribuição, sempre que possível, do respectivo valor.

d) Se a sentença for acatada por recurso desprovido de efeito suspensivo, o réu ficará dispensado de depositar o imóvel em juízo, mesmo se for instaurada a execução provisória da sentença.

24. Fulano executa Tício. O título executivo é um contrato assinado pelos contratantes e por duas testemunhas que prevê a obrigação de Tício entregar cinco vacas, sem especificar a quem cabe a escolha desses animais. Tício é criador certificado de apenas uma raça de bovinos. Considerando essa situação, assinale a alternativa CORRETA:

a) Esse contrato não poderá ser executado por ausência de liquidez.

b) Se, citado, Tício escolher e entregar cinco vacas, Fulano somente poderá impugnar a escolha se o fizer por petição, nos próprios autos, dentro do prazo de 15 dias.

c) No caso descrito no enunciado, Fulano deverá escolher e individualizar as vacas na sua petição inicial, sob pena de inépcia.

d) Tício será citado para escolher e entregar as cinco vacas dentro do prazo de 15 dias, sob pena de busca e apreensão.

25. Fulano é produtor rural pessoa física, e possui um trator e uma semeadeira. Está sendo executado por dívida de natureza alimentar. Na execução, o exequente indicou à penhora o trator. Considerando o enunciado, assinale a alternativa CORRETA:

a) Uma vez penhorado, para que Fulano seja nomeado depositário do trator, deverá prestar caução idônea.

b) Mesmo em se tratando de execução de alimentos, o trator será impenhorável, já que constitui instrumento necessário ao exercício da profissão do executado.

c) O trator somente poderia ser considerado impenhorável se o executado não fosse pessoa física, mas jurídica.

d) Nas execuções de alimentos, todos os bens considerados impenhoráveis por força de lei passam a ser penhoráveis.



26. Fulano tem 17 anos, e emitiu um cheque no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) nominal a Tício. Fulano possui conta conjunta com a sua mãe, Hélvia. O cheque foi emitido em fevereiro de 2020, e apresentado ao banco por Tício ainda em fevereiro. O cheque foi devolvido pela compensação por falta de fundos. Considerando que estamos em novembro de 2020, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Tício não poderá propor ação monitória contra Hélvia.
- b) Tício não poderá propor ação monitória contra Fulano.**
- c) Tício poderá executar esse cheque contra Fulano, somente.
- d) Tício poderá executar esse cheque contra Hélvia, somente.

27. Sobre os procedimentos especiais de jurisdição voluntária previstos no CPC, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente e oportuna.**
- b) Inclui-se, nesta modalidade, o procedimento de restauração de autos.
- c) O inventário judicial não poderá ser de jurisdição voluntária, já que, nesta modalidade, somente poderá ser contencioso.
- d) Não se aplica, nesta modalidade, a homologação de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.

28. Sobre a incumbência do relator, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Deverá remeter os autos ao primeiro grau sempre que verificar a necessidade de produção de provas.
- b) Poderá propor, sempre a requerimento, a instauração de incidente de assunção de competência.
- c) Compete-lhe julgar o mérito recursal, monocraticamente, quando houver súmula ou precedente qualificado sobre a matéria.**
- d) Encaminhar para a turma qualquer decisão acerca de incidente de descon sideração da personalidade jurídica instaurado no tribunal.

29. Sobre o recurso extraordinário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que contrarie súmula vinculante, súmula ou precedente qualificado, mas não jurisprudência dominante do STF.
- b) Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, mas apenas se estiverem em grau de recurso especial ou extraordinário.
- c) Para efeito de repercussão geral, será considerada a existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo.**
- d) Negada a repercussão geral, o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos especiais sobrestados na origem que versem sobre matéria idêntica.



30. Sobre o recurso especial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, mesmo que inalterado o resultado anterior.
- b) Cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos juizados especiais.
- c) Não cabe recurso especial contra acórdão proferido em recurso de agravo de instrumento.
- d) O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

DIREITO PENAL

31. Em relação à aplicação da lei penal no tempo, o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria:

- a) Da ubiquidade
- b) Da atividade.
- c) Do resultado.
- d) Da consunção.

32. Aquele que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, age acobertado pela excludente da ilicitude chamada:

- a) Legítima defesa.
- b) Exercício regular de um direito.
- c) Estado de necessidade.
- d) Estrito cumprimento do dever legal;

33. Segundo o STJ, “ao individualizar a pena, o juiz sentenciante deverá obedecer e sopesar os critérios do art. 59, as circunstâncias agravantes e atenuantes, e, por fim, as causas de aumento e diminuição de pena, para ao final impor ao condenado, de forma justa e fundamentada, a quantidade de pena que o fato está a merecer”. Esse ensinamento se refere ao princípio:

- a) Da individualização da pena.
- b) Da legalidade.
- c) Da alteridade
- d) Da intervenção mínima

34. Aquele que subtrai para si coisa alheia móvel, com o emprego de chave falsa, pratica o crime de:

- a) Furto simples.
- b) Furto circunstanciado.
- c) Roubo.
- d) Furto qualificado.



35. “Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro” é a definição do crime de:

- a) Estupro.
- b) Importunação sexual.**
- c) Violação sexual mediante fraude.
- d) Assédio sexual.

36. Assinale a assertiva que apresenta apenas crimes classificados como hediondos ou equiparados (a hediondos):

- a) Roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas e latrocínio.
- b) Roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo de uso permitido e roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca.
- c) Roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito e latrocínio.**
- d) Roubo simples e roubo qualificado pela morte da vítima.

37. Os crimes hediondos são insuscetíveis de:

- a) Anistia, graça e indulto.**
- b) Fiança e liberdade provisória.
- c) Progressão de regime.
- d) É processado por ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.

38. Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, ocorre aquilo que se chama:

- a) Concurso material.
- b) Crime continuado.
- c) Concurso formal.**
- d) Crime único.

39. No Brasil, o limite de tempo de cumprimento de pena privativa de liberdade não pode ser superior a:

- a) 30 (trinta) anos.
- b) 20 (vinte) anos.
- c) 50 (cinquenta) anos.
- d) 40 (quarenta) anos.**

40. Assinale a assertiva INCORRETA:

- a) A prescrição da ação penal regula-se pela pena concretizada na sentença, quando não há recurso da acusação.
- b) A reincidência influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva, que deve ser acrescido em um terço.**
- c) A medida de segurança não será aplicada em segunda instância, quando só o réu tenha recorrido.
- d) A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.



DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. A produção das provas no processo penal segue regras específicas e que devem ser observadas com cautela pelo julgador e partes. No tocante ao tema, aponte a alternativa que NÃO apresenta erro sobre o tema:

- a) O Código de Processo Penal autoriza que o juiz, excepcionalmente, determine de ofício a produção de prova para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- b) Toda perícia deve ser confeccionada por dois peritos, sob pena de nulidade absoluta.
- c) A autoridade policial somente pode determinar a realização de perícias após prévia autorização judicial.
- d) É autorizada a prova testemunhal em substituição ao exame de corpo de delito, mesmo no caso de haver vestígios da infração penal.

42. No que tange à citação no Processo Penal, é INCORRETO afirmar:

- a) Circundução é a denominação que se dá ao ato pelo qual se julga nula ou sem eficácia a citação.
- b) Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer ou nomear advogado, ser-lhe-á nomeado defensor público ou dativo e o processo seguirá seu curso.
- c) O denunciado que, citado por edital, não comparece em Juízo e tampouco constitui defensor, será julgado revel, seguindo o processo seu curso normal com a nomeação de defensor público ou dativo para sua defesa.
- d) Mesmo estando preso, o réu deverá ser citado pessoalmente.

43. Considerando a atuação do assistente da acusação no processo penal, é ACERTADO afirmar:

- a) Possui legitimidade para requerer a decretação da prisão preventiva do acusado.
- b) Contra a decisão que não admitir a habilitação do assistente da acusação no feito é previsto o recurso em sentido estrito.
- c) É admitida sua intervenção, nesta condição, desde a instauração do inquérito até o trânsito em julgado.
- d) Pode recorrer de qualquer decisão prolatada no feito caso haja inércia do Ministério Público.

44. Sobre as prisões cautelares no processo penal é ACERTADO afirmar:

- a) A prisão temporária prevista na Lei nº 7.960/89 somente pode ser decretada de ofício pelo magistrado na fase do inquérito policial.
- b) Uma vez revogada a prisão preventiva, não poderá o juiz novamente decretá-la.
- c) É causa obrigatória de decretação da prisão preventiva o descumprimento de medidas cautelares alternativas à prisão anteriormente estabelecidas.
- d) A decisão que indefere pedido de prisão preventiva no curso da ação penal é atacável através de recurso em sentido estrito.

45. Considerando o interrogatório e suas peculiaridades, assinale a assertiva que NÃO pode ser considerada verdadeira:



- a) A confissão é passível de retratação.
- b) O interrogatório é ato personalíssimo e, em tese, não sujeito à preclusão.
- c) **A revelia importa na confissão ficta do acusado, apesar desta possuir valor relativo.**
- d) A confissão judicial possui como característica a divisibilidade ou cindibilidade, ou seja, pode ser considerada apenas em parte.

46. Apesar de estar com eficácia parcialmente suspensa, o “Pacote Anticrime” (Lei n. 13.964/19), trouxe significativas alterações à legislação penal e processual penal. Aponte dentre as alternativas abaixo a que APRESENTA erro a respeito da matéria:

- a) Deixou claro que a estrutura do processo penal deverá ser a acusatória, vedando a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.
- b) A competência do juiz das garantias abrangerá todas as infrações penais, exceto as de menor potencial ofensivo, e cessará com o recebimento da denúncia ou queixa.
- c) **O juiz não poderá recusar a homologação do acordo de não persecução penal entabulado entre as partes.**
- d) Foi criada a cadeia de custódia, entendida como o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

47. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a cautelar de busca e apreensão no processo penal:

- a) É permitida e considerada busca pessoal aquela realizada nas vestes e também em mochila ou pasta de indivíduo regularmente abordado por haver fundada suspeita de trazer consigo armas, objetos ou papéis que constituam corpo de delito.
- b) **Para a realização de busca domiciliar (real) é sempre indispensável a presença de mandado, conforme dispõe o Código de Processo Penal.**
- c) A busca e apreensão é meio de obtenção de prova, acautelatória e coercitiva.
- d) A busca domiciliar será executada de dia, salvo se o morador consentir que se realize à noite, conforme dispõe a lei processual penal.

48. Sobre o sistema das nulidades processuais penais, indique a alternativa INCORRETA dentre as abaixo apontadas:

- a) As nulidades consideradas relativas estão sujeitas à preclusão temporal e lógica, podendo os atos respectivos serem convalidados.
- b) No processo penal, a ausência de defensor constitui nulidade absoluta, mas a eventual deficiência da defesa apenas importará em nulidade se houver prova de prejuízo para o réu.
- c) Segundo o princípio da instrumentalidade das formas, não há nulidade se o ato, mesmo que praticado de forma diversa da prevista em lei, atingir sua finalidade.
- d) **Decretada a nulidade de um ato, todos os demais atos posteriormente praticados serão obrigatoriamente considerados nulos.**



49. Considerando os recursos em matéria criminal, aponte a assertiva FALSA:

- a) O princípio da unirrecorribilidade prevê que haja apenas um recurso para cada situação processual recorrível, embora exista exceção.
- b) Juízo de admissibilidade ou de prelibação ocorre quando se verifica se estão presentes os pressupostos para conhecimento de recurso.
- c) O Ministério Público não pode desistir de recurso interposto.
- d) O princípio da fungibilidade autoriza o conhecimento e processamento de recurso sempre que se verificar que foi interposto equivocadamente pela parte.

50. Ainda considerando tanto a fase recursal como as nulidades processuais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Havendo recurso de apelação apenas por parte da acusação, o tribunal pode proferir decisão mais benéfica ao acusado em relação àquela constante da sentença.
- b) Anulada a sentença por recurso exclusivo da defesa, não pode o juízo proferir nova decisão mais gravosa ao Acusado.
- c) O tribunal pode reconhecer nulidade absoluta em favor da acusação mesmo inexistindo alegação no reclamo.
- d) Havendo recurso exclusivo da defesa, o tribunal não pode proferir decisão que torne mais gravosa sua situação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Em relação ao poder constituinte é CORRETO afirmar:

- a. O poder constituinte originário surge em momentos de ruptura, expressamente previstos na Constituição, visando permitir a elaboração de um novo documento constitucional.
- b. Em relação a iniciativa da proposta de emenda constitucional o STF vem entendendo que os temas relativos as forças armadas e a Administração Pública são de iniciativa privativa do Presidente da República.
- c. As limitações circunstanciais impedem a ocorrência de intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio, sendo que na ocorrência de intervenção federal quando da edição do decreto interventivo deverá ocorrer a suspensão da tramitação das propostas de emendas constitucionais.
- d. O poder constituinte derivado é considerado como sendo um poder político, estando vinculando aos limites jurídicos e as limitações sociais.

52. Em relação as medidas provisórias, assinale a alternativa INCORRETA:

- a. As medidas provisórias devem ser votadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e após encaminhadas ao Presidente da República para sanção ou veto.
- b. O STF firmou entendimento no sentido de não aceitar, no processo de conversão da medida provisória, a inclusão de temas estranhos ao abordado pela medida provisória (os chamados "jabutis").
- c. O prazo de 120 dias em que vigoram as medidas provisórias não é computado durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.



d. Os requisitos de relevância e urgência para edição de Medidas Provisórias devem ser analisados primeiro pelo Chefe do Poder Executivo, posteriormente pelo Poder Legislativo e, excepcionalmente, pelo Poder Judiciário.

53. Em relação aos direitos de liberdade, assinale a alternativa CORRETA:

a. No direito brasileiro a liberdade de expressão assume um papel de direito absoluto, inclusive com posicionamento do STF no sentido que as restrições a liberdade de expressão não encontram amparo no texto constitucional.

b. A liberdade de reunião é um direito individual de caráter coletivo, devendo ser exercido por um conjunto de pessoas que tenham um objetivo em comum, tendo duração de tempo limitada para o exercício desse direito fundamental.

c. A liberdade profissional permite que sejam impostas restrições a escolha e ao exercício profissional, sendo que todas profissões existentes no direito brasileiro são passíveis de restrições por meio de lei.

d. A liberdade religiosa está relacionada a escolha, pelo indivíduo, de qual crença religiosa deseja seguir, sendo que é vedado ao Estado intervir no conteúdo das religiões e a prática de sacrifício de animais em cultos religiosos.

54. Em relação ao Poder Executivo, assinale a alternativa CORRETA:

a. Conforme o texto da Constituição Federal não existe a possibilidade do Presidente da República editar Decretos Autônomos.

b. O STF fixou entendimento que o julgamento dos crimes de responsabilidade do Presidente da República é competência do Senado Federal, cabendo intervenção judicial quando houver excesso na aplicação da pena ou incerteza sobre a existência ou não do crime.

c. Conforme o disposto no texto constitucional cabe ao Presidente da República sancionar os projetos de lei, de emenda constitucional e de decretos legislativos.

d. A eleição para o cargo de Presidente da República se dá pelo sistema majoritário, sendo que a regra é a eleição em um turno(só havendo segundo turno se nenhum candidato alcançar a maioria absoluta dos votos válidos).

55. Em relação as imunidades parlamentares, assinale a alternativa CORRETA:

a. As imunidades dos Deputados e Senadores não podem ser suspensas, nem durante o Estado de Sítio, mas podem ser objeto de renúncia em casos concretos.

b. Todas as palavras e opiniões proferidas pelos parlamentares federais, durante o período de exercício do mandato, são protegidas pela imunidade material.

c. Conforme decisão do STF a prerrogativa de foro para processar parlamentares só se aplica aos crimes relacionados ao exercício do mandato, excluindo aqueles que não tenham relação com o mandato, mesmo que cometidos após a diplomação.

d. A renúncia de parlamentar extingue a prerrogativa de foro aos parlamentares, independente da fase processual em que ocorrer a renúncia.

56. Sobre o tema dos direitos fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

a. As restrições diretas aos direitos fundamentais são aquelas previstas no próprio texto constitucional.



- b. A aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais não abarca os direitos sociais e econômicos.
- c. As restrições indiretas aos direitos fundamentais são aquelas decorrentes das colisões de direitos fundamentais nos casos concretos.
- d. Conforme entendimento pacificado na doutrina e na jurisprudência, os direitos fundamentais são destinados aos brasileiros e estrangeiros residentes no país.

57. Em relação ao poder judiciário, assinale a alternativa CORRETA:

- a. O cargo de ministro do STF é privativo de brasileiros maiores de 35 anos, sendo a indicação atribuída ao Presidente da República e, posterior, aprovação pelo Congresso Nacional.
- b. O STJ não é competente para julgar a Reclamação que trate sobre a autoridade das decisões proferidas por aquele Tribunal, sendo que somente o STF pode julgar essa Reclamação.
- c. Aos juízes é vedado ter filiação político- partidária e exercer outra atividade, que não a magistratura.
- d. Os juízes gozam vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

58. Sobre o processo legislativo, assinale a alternativa CORRETA:

- a. As leis delegadas são elaboradas pelo Presidente da República, que após receber a delegação do Congresso Nacional deverá elaborar e sancionar o projeto de lei delegada.
- b. A iniciativa privativa dá ao Presidente da República a exclusividade para propositura de projetos de lei sobre determinadas matérias, sendo que quando projeto sobre essas matérias for apresentando por deputado e sancionado pelo Presidente da República não ocorre a convalidação do vício de iniciativa.
- c. As medidas provisórias devem ter quórum de maioria absoluta para sua aprovação.
- d. O projeto de lei aprovado por uma casa legislativa será revisto pela outra casa legislativa, sendo que a casa revisora não pode apresentar emendas ao projeto de lei.

59. Em relação a arguição de descumprimento de preceito fundamental, assinale a alternativa CORRETA:

- a. Não cabe intervenção de terceiros e Amicus Curiae no processo de julgamento da Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- b. Não será cabível a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental quando houver qualquer outra ação capaz de defender direito individual ou coletivo.
- c. A medida cautelar em Arguição de Descumprimento de preceito fundamental pode ter objetivo a suspensão de processos ou efeitos de decisões judiciais, cabendo, em caso de desrespeito, Reclamação ao STF.
- d. Na arguição de descumprimento de preceito fundamental, na modalidade incidental, não é necessário indicar o preceito fundamental violado.



60. Em relação a ação direta de inconstitucionalidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a. Somente poderá ser proposta Ação Direta de inconstitucionalidade quando não houver outro meio eficaz para sanar a lesão ao texto constitucional.
- b. No processo de ADI o Tribunal deve julgar o pedido do autor nos estritos limites do que for formulado, não se aplicando, nesse caso, o princípio da causa de pedir aberta.
- c. A liminar em ADI tem eficácia, em regra, ex tunc.
- d. O Presidente da República é considerado legitimado universal para propositura de ADI, não necessitando ser representado por advogado em razão de possuir capacidade postulatória.



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Editais 016/2020
Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. É imprescindível utilizar corretamente a colocação pronominal. Sendo assim, faça a correção dos pronomes em destaques. Corrija-os, se não adequados nas frases abaixo. As frases devem ser reescritas de acordo as regras gramaticais da língua portuguesa.

a) Repito o que tem-se dito.

b) Assim que calares-te eu falarei.

c) Nada lhe acontecerá.

d) Jamais cumpriu-se.

e) Disse que estima-o.

f) A glória nunca o seduziu.

GABARITO PARA A CORREÇÃO DO PROFESSOR:

a) Repito o que se tem dito.

b) Assim que te calares eu falarei.

c) Nada lhe acontecerá.

d) Jamais se cumpriu.

e) Disse que o estima.

f) A glória nunca o seduziu.

DIREITO

2. No Direito Civil há um princípio chamado “Princípio da conservação dos atos e negócios jurídicos”. No que consiste e de que forma o Código Civil o contempla? Explique.

CAMINHO DA RESPOSTA:

A questão pode ser amplamente respondida à luz do entendimento segundo o qual '... tanto o legislador quanto o intérprete, o primeiro, na criação das normas jurídicas sobre os diversos negócios, e o segundo, na aplicação dessas normas, devem procurar conservar, em qualquer um dos três planos - existência, validade e eficácia -, o máximo possível do negócio realizado pelo



agente'. AZEVEDO, Antonio Junqueira de *apud* STJ. REsp n. 1.046.418-RJ, rel. Min. Raul Araújo, j. 25.6.2013.

O aluno pode dissertar sobre vários artigos do CC, dentre eles:

Art. 144: o erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.

Tratando-se de dolo, esse quando acidental, somente obriga à satisfação de perdas e danos (art. 146). Em caso de dolo de terceiro, o negócio será inválido apenas se parte que dele se aproveite tivesse, ou devesse ter, conhecimento do defeito. Do contrário, não haverá que se cogitar de invalidação apenas pelas as perdas e danos devido à parte ludibriada (art. 148).

Prevê o Código Civil que caso a coação (art. 155) advenha de terceiro, sem que a parte beneficiária tenha conhecimento, subsistirá o negócio jurídico, limitando-se a responsabilidade do autor às eventuais perdas e danos suportadas.

Tratando-se de lesão (art. 157, §2º CC) preserva-se o ajuste, prevendo a lei que não será decretada a anulação caso seja oferecido suplemento suficiente, ou se o favorecido concordar com a redução do proveito. Idêntico entendimento estende-se ao estado de perigo, a despeito da omissão do art. 156 do Código Civil.

A invalidade do instrumento por meio do qual se praticou o ato não implica a sua invalidade, se for possível prová-lo por outro meio (CC, art. 183).

A invalidade parcial não prejudica a parte válida, se for possível verificar que a supressão da cláusula não compromete a estrutura do negócio (CC, art. 184).

DIREITO

3. Tício e Caio são antigos desafetos. Certo dia, sem nenhum motivo conhecido exceto a antiga inimizade entre ambos, Tício, com o uso de uma faca, passa a agredir Caio, desferindo-lhe inúmeras facadas, com o propósito de matar o inimigo. Contudo, ao ver o sangue jorrar do corpo de Caio, Tício para com as facadas, chama uma ambulância e encaminha Caio ao hospital do município. Graças a esta pronta intervenção, Caio consegue se salvar. Analise a situação descrita e responda as questões abaixo:

- a) Tício deverá ser processado por tentativa de homicídio ou lesão corporal? Justifique sua resposta.
- b) E se Caio, mesmo com o socorro, não tivesse se salvado? Por qual crime Tício deveria responder? Justifique sua resposta.

Responda de forma objetiva, sucinta e fundamentada, em não mais de 12 (doze) linhas.

CAMINHO DA RESPOSTA:

- a) Lesão corporal. Ao socorrer com êxito o desafeto, Tício é beneficiado pelo instituto do arrependimento eficaz (art. 15 do CP), o que afasta o reconhecimento da tentativa. Assim, responderá apenas pelos atos praticados (no caso, lesão corporal).
- b) Caso Caio não tivesse se salvado, Tício não seria beneficiado pelo arrependimento eficaz e responderia pelo crime de homicídio consumado (art. 121 do CP).